

A INTEGRAÇÃO ENTRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA NO ESTADO DE MATO GROSSO: DISCURSO DOS GESTORES

**Aline Fernanda de Souza
Lindalva Maria Novaes Garske**

Resumo

Trata-se o presente artigo de uma discussão do resultado parcial de uma pesquisa acerca da política de gestão implementada nas escolas estaduais de Mato Grosso, denominada Integração entre o Projeto Político Pedagógico e o Plano de Desenvolvimento da Escola, a partir da abordagem Ciclo de políticas, baseada nos trabalhos de Stephen J. Ball e Richard Bowe. A intenção básica da pesquisa inscreve-se na análise de políticas públicas educacionais elegendo os discursos dos sujeitos que atuam no contexto da produção do texto e no contexto da prática. Os resultados apresentados tiveram como base um estudo do documento orientador da política de gestão e a análise e interpretação dos discursos dos sujeitos responsáveis pela sua produção e implementação.

Palavras-chaves: Política Pública Educacional, Integração, Discursos.

Políticas Educacionais de Gestão: Projeto Político Pedagógico e Plano de Desenvolvimento da Escola

A discussão acerca das políticas públicas tomou, nas últimas décadas, uma dimensão muito ampla, haja vista o avanço das condições democráticas e a gama de arranjos institucionais de governos, na necessidade de garantir a governabilidade. Políticas públicas aqui são compreendidas como ações públicas assumidas pelos governos, pelas instituições públicas estatais, que concretizam direitos humanos coletivos ou direitos sociais garantidos em lei, dentre estes o direito à educação escolar.

As políticas públicas educacionais de gestão são partícipes das políticas públicas sociais do país, sob a responsabilidade do Estado, com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil, que se estabelecem num processo de tomada de decisões das quais derivam normas que se justificam posteriormente na condição de legislação. No Estado de Mato Grosso o estabelecimento das políticas, no âmbito da educação, tem tomado como base legal a Lei de

diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), especialmente, no que se encontram dispostos nos artigos:

Art. 12 - Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

Nesse sentido, Mato Grosso através da Lei estadual 7.040/98 institui a gestão democrática no ensino público que estabelece, no seu artigo 52, que a autonomia da gestão das unidades escolares será assegurada pela definição do Projeto Político-Pedagógico/PPP que se estabelece a partir da Resolução 630/08/CEE/MT. Essa Resolução relaciona autorização e credenciamento dos estabelecimentos de ensino através da construção desse projeto, o que demonstra a importância e a centralidade desse instrumento de gestão como norteador da vida da escola.

Tem ganhado notoriedade os estudos acerca do PPP na perspectiva de entendê-lo como instrumento de busca da melhoria da qualidade da educação. Para Veiga (2004, p.14), o PPP se “caracteriza “uma ação intencional”, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”. Para Vasconcellos (2008), o PPP se constitui como plano global da escola e pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada e que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade a partir da leitura da realidade.

A partir dessas formulações que procuram expressar uma concepção de PPP, pode-se entender que a construção de um projeto dessa natureza deve ser compreendida como um elemento que exige estudo contínuo e que garanta a realização de trabalho sem fragmentação das diferentes dimensões da gestão escolar – pedagógica, administrativa, política e cultural. E, mais para que isso de fato ocorra, é necessário que os docentes estejam continuamente inovando seu modo de ensinar e continuem sempre aprimorando seus conhecimentos aliados a um projeto de qualidade e uma gestão autônoma e que cada segmento da escola, tenha clareza do significado da participação para que as ações e as relações no espaço escolar sejam de fato democráticas.

Nesse sentido, o PPP se configura como instrumento que, utilizado de forma democrática e participativa, pode garantir à escola autonomia para superação da dicotomia entre o planejamento e a execução de suas ações, além de ultrapassar a concepção de que a escola se constitui como um mero aparelho Estatal.

Outro instrumento de gestão, não menos importante que o Projeto Político Pedagógico, preconizado pelo Governo Federal e adotado pelo Estado, é o Plano de Desenvolvimento da Escola, que se encontra presente na vida escolar e se trata de um projeto que visa à modernização da gestão e o fortalecimento da autonomia da escola por meio da implementação de um modelo de planejamento estratégico, cujas bases estão ancoradas na racionalização e eficiência administrativa. Segundo Fonseca (2003, p.307), “o PDE é proveniente do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FUNDESCOLA), um acordo técnico-financeiro entre o Brasil e o Banco Mundial, concebido como um modelo capaz de sinalizar o futuro da gestão escolar no Brasil”, que funciona mediante um fundo repassado à escola pelo Governo Federal, com vistas a estimular o quadro administrativo na tomada de decisões que atingem materialmente a escola e esta se responsabilizar pelos resultados de suas decisões. Seus objetivos são os de adotar inovadoras estratégias de gestão escolar, colaborar com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação na formulação de políticas educacionais que visem o fortalecimento da escola.

Na prática a escola realiza um diagnóstico de sua situação, evidencia sua missão enquanto instituição social, elabora objetivos, estratégias, metas e planos de ação a partir de um manual para que logo após todas essas ações, obtenha os recursos financeiros destinados à sua manutenção, os quais deverão ser geridos pelo conselho escolar.

Com a existência destes dois instrumentos de organização de escola, PPP e PDE, considerando que as ações e relações no interior dessa instituição resultam de uma série de fatores que determinam a sua estrutura e as peculiaridades de sua comunidade, permitindo caracterizá-la como espaço de formação sociocultural complexa, é percebido que passam a ocorrer, no âmbito escolar, algumas tensões em função, sobremaneira, da sobreposição que se estabelece entre esses dois instrumentos e isso não se caracteriza, de certo modo, como algo positivo devido à importância que cada um apresenta.

Diante disso, o Estado de Mato Grosso propõe a implementação de uma política denominada de Sistema de Integração entre Projeto Político Pedagógico e Plano de Desenvolvimento da Escola, assunto esse que será tratado a seguir.

Integração entre o Projeto Político Pedagógico e Plano de Desenvolvimento da Escola em Mato Grosso

De acordo com o Documento Orientador da Política de Integração PPP/PDE (SEDUC/MT 2011), verificou-se que apesar da importância do Projeto Político Pedagógico como instrumento norteador e organizador de todas as ações que ocorrem na escola, o mesmo tem sido, de certa forma, negligenciado ou tem sido realizado mais como um compromisso formal e burocrático. O documento diz ainda que muitas são as razões que podem ser apontadas para explicar esse fato:

I) o entendimento insuficiente ou inadequado do sentido do PPP e do significado de seus componentes e seu uso; II) a falta de capacitação da comunidade escolar em relação a estratégias desse planejamento, que se constitui em uma nova responsabilidade da escola; III) a falta de tradição em delinear planos com visão global e como instrumento objetivo de orientação de ações e a tendência a resolver problemas com uma perspectiva imediatista e fragmentada; IV) a visão burocrática adotada em relação ao planejamento e respectivos planos e, finalmente, V) o acúmulo de atividades, dentre as quais a existência de outros instrumentos de gestão e planejamento, como é o caso do PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), que de certa forma tem-se sobreposto ao PPP, implicando em retrabalho, o que gera, na escola, insatisfação e dificuldades que desvirtuam os propósitos e possibilidades de contribuição desses instrumentos de gestão (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE MATO GROSSO, 2011, p.2).

Nesse sentido, o Estado de Mato Grosso propõe a unificação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento da Escola via Sistema, com o intuito de superar uma possível sobreposição do PDE em detrimento do PPP, integrando as duas perspectivas com o desafio de maximizar os benefícios de ambas, e evitar a fragmentação das ações.

O Documento Orientador (SEDUC/MT 2011) esclarece ainda que ciente dessas questões e da importância do processo de construção do PPP e do PDE em cada escola, a Secretaria de Estado de Educação, visando contribuir para a solução do problema apontado, sem ferir a autonomia dos estabelecimentos de ensino nas tarefas de elaborar, executar e avaliar a sua proposta, assume a tarefa de contribuir para com unificação desses instrumentos paralelos de planejamento. Trata-se de um esforço que objetiva, dentre outros aspectos:

- Integrar em um documento único, os elementos do PPP e do PDE, de modo a evitar o paralelismo, a duplicação documental, o retrabalho e a fragmentação tanto por parte do sistema de ensino como das escolas.
- Integrar no planejamento, os elementos pedagógicos aos administrativos, de modo que aqueles tenham o respaldo administrativo necessário e estes, cumpram o papel que os justifiquem: apoiar as ações de promoção de aprendizagem dos alunos.
- Fortalecer a gestão escolar, mediante foco unitário e integrador das ações escolares.
- Estabelecer, por parte das unidades orientadoras da ação da escola, integração de ações, a partir de uma perspectiva única e integrada das dimensões pedagógica e administrativa do ensino (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE MATO GROSSO, 2011, p.2).

Trata-se essa Integração, portanto, de um processo de construção de uma metodologia capaz de permitir a integração dos processos e dos instrumentos de planejamento da escola, compatibilizando o PPP com o PDE, de modo a evitar a sobreposição e/ou repetições de informações e procedimentos, bem como as fragmentações e fragilizações desnecessárias de ações. A intenção é reunir em um único instrumento os momentos do ciclo de gestão: planejamento, execução, monitoramento, avaliação e revisão de modo a contemplar a lógica do planejamento participativo, que é condição fundamental do PPP, aproveitando elementos do planejamento estratégico do PDE.

A Política de Integração foi implantada no Estado de Mato Grosso, em 2011, a partir da seguinte estratégia: os diretores, coordenadores e secretários dos quinze Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do Estado – Cefapros receberam formação durante três dias no Hotel Fazenda Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, onde foram incumbidos de retornar ao seu Cefapro de origem e repassar a formação aos professores formadores que, posteriormente, fariam o mesmo nas escolas das quais eram responsáveis.

Existem quinze polos de Cefapros estrategicamente localizados em todo o estado de Mato Grosso. Esses polos são divididos em pequeno, médio e grande porte considerando a quantidade de municípios e escolas que atendem. Os profissionais que compõe o quadro destes Centros tem seu ingresso via processos seletivos realizados de tempos em tempos conforme demanda e especificidades.

O polo de Cefapro em questão nessa pesquisa é o de Rondonópolis, responsável pelo atendimento direto de oitenta escolas estaduais compreendendo quatorze municípios, e indiretamente as escolas municipais mediante cooperação técnica. Nesse Centro os professores formadores, além de outras atribuições, possuem a função de acompanharem o desenvolvimento pedagógico no que tange a formação continuada nas escolas estaduais, bem como representa a Secretaria Estadual de Educação na execução de suas diretrizes.

A partir das considerações até aqui realizadas acerca da Política de Integração PPP/PDE, sua implantação e processo de implementação é que propomos uma investigação analítica utilizando para isso a definição de política como texto e como discurso proposta por Ball.

Ciclo de Políticas na análise da Política de Integração do estado de Mato Grosso

Adotou-se para a realização desta pesquisa a abordagem do Ciclo de Políticas, baseada nos trabalhos de Stephen J. Ball e Richard Bowe, pesquisadores ingleses da área de políticas

educacionais, que destacam a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatizando os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local, além de, sinalizar para importância de se articular os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. Sendo assim, a escolha dessa abordagem se deu por se ancorar em um método dinâmico e flexível.

A abordagem Ciclo de Políticas, segundo Rezende e Baptista (2011, p.1) é “um método que busca compreender o movimento único de cada política a ser estudada, por intermédio da identificação de seus elementos constituintes e da compreensão da interação ímpar destes elementos em sua específica conjuntura histórica”. Ainda segundo os mesmos, para Stephen J. Ball, esse é um método que se consolida fundamentado no entendimento de que uma política, além de processos e consequências, é texto e também discurso, e essas duas conceituações - texto e discurso – são complementares e estão implícitas, uma na outra.

O Ciclo de Políticas traz como elementos de análise a política como texto, referindo-se aos documentos oficiais, entendidos como produtos inacabados de esforços coletivos, em múltiplos níveis de tradução e interpretação e a política como discurso, fazendo menção às disputas do poder pelo controle dos bens e dos discursos, em termos de vantagens e legitimidades sociais.

Segundo Mainardes (2006), o Ciclo de Políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais, permitindo uma análise crítica da trajetória, desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus efeitos.

A opção por essa abordagem implicou numa investigação junto à Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, tendo como referenciais dois gestores diretos envolvidos na tessitura da Política de Integração PPP/PDE, visando o levantamento de dados que possibilitariam a análise do contexto da produção do texto. Investigou, também, o Cefapro na pessoa do seu gestor direto, atuante durante implantação do Sistema, dois professores formadores também em atuação no processo, uma unidade escolar sob o acompanhamento de cada professor formador e dentro dessa unidade, o diretor e um coordenador tendo em vista as relações diretas e mediadoras desse processo no coletivo da escola, com a intenção de analisar o contexto da prática a partir do discurso construído por esses sujeitos, assim sendo, a presente pesquisa conta com nove sujeitos.

Para a realização do processo investigativo, lançamos mão de um estudo aprofundado dos documentos oficiais que norteiam a estruturação da Política de Integração PPP/PDE no estado de Mato Grosso, pois de acordo com Lüdke e André (2004, p. 38) “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja

complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Realizou-se também, coleta de dados a partir de entrevistas semi-estruturadas, pois conforme afirmam Bogdan e Biklen (1994, p.134) “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”. Esta pesquisa foi estruturada a partir de questões abertas e fechadas, de modo a abranger a especificidade de cada sujeito em sua determinada função no processo, uma vez que o foco primário dess trabalho de pesquisa é a análise dos discursos, pois de acordo com Mainardes (2006, p.53), a abordagem do Ciclo de Políticas:

[...] assume que os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas.

A análise do discurso nesse presente trabalho tomará por base Foucault (1986) por descrever discurso como:

[...] um bem. finito, limitado, desejável, útil, que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT 1986, p. 139).

Na realidade, para o autor “o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história” (FOUCAULT 1986, p.146).

Segundo Mainardes (2006, p.53-54), “sobre a política como discurso Ball (1993a) explica que os discursos incorporam significados e utilizam de proposições e palavras, onde certas possibilidades de pensamento são construídas”. Ainda, segundo Mainardes,

Política como texto e política como discurso são conceituações complementares. Ao passo que a política como discurso enfatiza os limites impostos pelo próprio discurso, a política como texto enfatiza o controle que está nas mãos dos leitores. Ambos são processos complexos porque os textos não são somente o que eles parecem ser em sua superfície e, de acordo com Foucault, discursos nunca são independentes de história, poder e interesses. (MAINARDES 2006, p.54).

Desse modo, pretendemos realizar a análise dos discursos dos sujeitos envolvidos nessa pesquisa com vistas a identificar que discursos são produzidos pelos mesmos, nos contextos da produção do texto e da prática, acerca da Política de Integração PPP/PDE no estado de Mato Grosso – Polo de Rondonópolis.

O Discurso dos Gestores

Compreendemos com base em Ball (2001) e Mainardes (2006), que desde a produção do texto até o contexto da prática, as políticas passam por diversos momentos, sejam estes momentos de disputas, acordos, interesses e representações políticas ou momentos em que a política se sujeita a interpretações e recriações de acordo com as experiências, valores, propósitos e história dos sujeitos que compõem o contexto da prática.

Nesse sentido, é possível afirmar que as políticas ao passarem pelos diversos contextos podem ganhar novos significados, articulações e interpretações, uma vez que os autores do texto não são capazes de controlar os significados do mesmo em detrimento de que os sujeitos leitores e implementadores da política exercem um papel ativo na interpretação e reinterpretação no cotidiano prático para o qual a política foi designada.

Tomando por base o referencial teórico até aqui apresentado e lançando mão do objetivo dessa pesquisa que é o de analisar a interpretação ativa dos sujeitos, que atuam no contexto da produção do texto e no contexto da prática, acerca da Política de Integração PPP/PDE no estado de Mato Grosso – Polo de Rondonópolis, é que faço menção de que para isso foram entrevistados nove sujeitos que atuam diretamente na implementação dessa política nos seguinte órgãos: Seduc, Cefapro e escolas, além da utilização do Documento Orientador (SEDUC/MT 2011). Aqui denominados: da Seduc - GSA e gestor GSB; do Cefapro - GCA, GCB e GCC;e das escolas - GEA1, gestor GEB1, gestor GEA2 e gestor GEB2, adotou-se essa nomenclatura fictícia, devido a não autorização de alguns sujeitos da revelação de suas identidades.

A partir da análise realizada do Documento Orientador, pôde-se perceber a preocupação do Estado como aspecto formal ao propor a unificação do Projeto Político Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento da Escola, pois o mesmo evidencia estar consubstanciado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação aprovada em 1996; na Lei 7.040 da Gestão Democrática do Ensino Público do estado de Mato Grosso aprovada em 1998; na Resolução 04/10 do Conselho Nacional de Educação e na Resolução 630/2008 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso (substituída pela Resolução 02/13).

Este Documento entende que às unidades escolares cabe à formulação, execução, avaliação e revisão de sua proposta pedagógica, porém, justifica sua proposta com o argumento de que o Projeto Político Pedagógico enquanto meio para a promoção de transformações no interior das escolas, tem sido negligenciado em função do acúmulo de atividades burocráticas existentes na escola, e que, para isso, faz referência à existência de outros instrumentos de gestão, como exemplo o PDE (Plano de Desenvolvimento da Escola), ou em função simplesmente das dificuldades apresentadas pela escola no momento do seu planejamento. Desse modo, argumenta que:

Ciente dessas questões e da importância do processo de construção do PPP em cada escola, a Secretaria de Estado de Educação, sem ferir a autonomia dos estabelecimentos de ensino, assume a tarefa de unificar os instrumentos paralelos de planejamento – PPP e PDE – e ser orientadora desse processo. Trata-se de um processo de construção de metodologia que permite a integração dos instrumentos de planejamento da escola, compatibilizando o PPP com o PDE, naquilo que for possível, e evitando sobreposição e/ou repetições de informações e procedimentos. A intenção é reunir, em um único instrumento, o PPP e PDE aproveitando as dimensões do planejamento estratégico na elaboração do PPP, de modo a facilitar a execução/revisão do plano de ações do PDE em conformidade com o que foi expresso como relevante em relação às finalidades da Instituição e ao que ela deseja como ideal no seu Projeto Político Pedagógico. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE MATO GROSSO, 2011, p.1).

Na tentativa de responder ao questionamento de como surgiu à ideia da Política de integração PPP/PDE no estado de Mato Grosso foram realizadas entrevistas com gestores da Seduc, Cefapro e escolas visando identificar quais os discursos construídos por esses gestores.

Assim, a partir da entrevista realizada com os gestores da Seduc observamos que essa ideia veicula desde 2007 quando o GSA é nomeado para trabalhar na Secretaria de Educação, e de acordo com os mesmos esse processo enfrentou algumas dificuldades no que tange ao processo de articulação entre às questões administrativas e pedagógicas, o que justifica o espaço de tempo entre a proposta inicial e o início de sua implantação, e ainda de acordo com os mesmos, desde a ideia até o início de sua implantação foram montados pelo menos três grupos de sistematização dentro da Secretaria de Educação para a formulação da proposta.

Quanto à ideia de integração o GSA relatou que:

GSA: “eu me questionava porque as unidades escolares não tinham um plano, eu questionava o plano né, ou seja, não tinha um planejamento né, aí eu fui conversar... e

comecei a conversar com alguns colegas e percebi que é... que tinha um planejamento nas unidades escolares que era chamado PPP né, mas eu não via isso completamente é... acontecendo na prática. [...] é por outro lado eu comecei a perceber que tinha um histórico de outro plano também que era o PDE, e qual a diferença de um para outro, como é que é isso? [...] aí comecei a perceber que o PPP e o PDE tinham algumas concepções teóricas que hora se aproximavam, hora não dialogavam né... é... e comecei a trabalhar um pouquinho...”.

Ainda no intuito de responder ao questionamento de como surgiu à ideia de integração, mas agora no contexto de prática – Cefapro de Rondonópolis foram realizadas entrevistas com três gestores. Sobre isso observamos as seguintes afirmações:

GCA: “Ele (o Sistema) surgiu de uma iniciativa do gestor governamental, ele é concursado no Estado como gestor, ou seja, de qualquer área né... ele não é da Secretaria da Educação, ele é gestor do Estado, então veio para a Educação e como gestor que vê o todo, vê a instituição como um todo, ele procurou ver quais seriam as maneiras mais práticas de lidar com a Educação rs..., que realmente pra quem é o administrador como ele, chega na educação e então vê como ela funciona, porque a educação passa por uma transição né... desde a ditadura militar até hoje, a gente ainda tá numa transição da democratização... ainda tem muito chão né. Eu imagino pra ele chegar e ver que cada escola é de um jeito no PPP, cada lugar tem uma cara... eu acho que foi isso que pegou pra ele, assim de cara, porque ele pensou, pô se o documento principal da escola é o Projeto Político Pedagógico, e cada um faz de um jeito”.

No que tange ao contexto de prática dessa política, e nesse momento analisando as escolas foram colhidas as seguintes respostas ao questionamento de como surgiu à ideia de integração:

GEA1: “Olha é... eu me lembro que nós fomos chamados lá no Sagrado para um encontro onde ia ser repassado os informes sobre o PPP na escola, e fomos para o laboratório e lá foi repassado para os diretores como se trabalharia nesse sistema né...”.

GEB2: “Olha, eu estou assim, na gestão e participando desse processo desde 2008 né, mas nós vemos assim, que ele (o Sistema) está sendo construído, é on-line mesmo, esse sistema integrado via on-line começou em 2011, porém ele foi criado para ser on-line, mas devido questões ainda do sistema, estava passando por fase de adaptação e informatização mesmo”.

Quando questionados acerca do significado da implantação e implementação da Política de Integração os gestores atuantes no contexto da produção do texto responderam que entendem o sistema como uma metodologia, que procura facilitar a comunicação e a relação entre o órgão central e as unidades escolares, num processo democrático pautado em direitos e deveres e numa autonomia relativa. Já os gestores que atuam no contexto da prática relacionam a atual política à organização, sistematização e controle por parte do órgão central, embora reconheçam sua importância no processo de democratização da educação.

Diante dos discursos dos sujeitos envolvidos nessa pesquisa relatados até o presente momento é possível verificar que a Política de Integração PPP/PDE tem sido implementada desde o contexto de produção do texto até o contexto da prática de acordo com a realidade na qual os sujeitos estão inseridos, e isso implica dizer com base em Foucault que os “discursos nunca são independentes de história, poder e interesses” (*apud* MAINARDES 2006, p.54).

Os dados obtidos nesta pesquisa ainda que parcial demonstram a necessidade de um olhar mais apurado na apreensão e compreensão dos pontos de conflitos existentes nos processos de formulação, implantação e implementação das políticas. Daí a necessidade e o desafio da presente pesquisa.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação.** Currículo sem Fronteiras. V. 1, n 2, pp. 99-116, Jul/Dez 2001.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto/Portugal: Porto, 1994.

FONSECA, Marília. **O projeto político-pedagógico e o plano de desenvolvimento da escola:** duas concepções antagônicas de gestão escolar. Cadernos CEDES, Campinas, Sp, v.23, n.61, p.302-318, 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 jul.2013.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. 8ª ed. São Paulo: EPU, 2004.

MAINARDES, Jeferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc., CAMPINAS, VOL. 27, N. 94, P. 47-69, JAN./ABR.2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

REZENDE, M.; BAPTISTA, T. W. F. **A análise Política proposta por Ball.** In **MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F.** Caminhos para análise das políticas de saúde, 2011. P.173-180. Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Política de formação dos profissionais da educação básica de Mato Grosso.** Cuiabá: SEDUC, 2010.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. **Guia para a integração entre o PPP e o PDE no Sistema Estadual de Ensino do Mato Grosso.** Cuiabá: SEDUC, 2011.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico.** São Paulo, SP: Libertad, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula,** 9 ed. São Paulo: Libertad editora, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação Básica: Projeto político-pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 2004.

Disponível em: www.seduc.mt.gov.br/download. Acesso em 14 de setembro de 2012.

Disponível em: www.sinepe-mt.org.br/secoes. Acesso em 14 de setembro de 2012.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 14 de julho de 2013.